

**SERVIÇO DE LICITAÇÕES**  
DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**TJPA – EDITAL DO PE 024/2024 (90024/2024) – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DIVERSOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTES TRIBUNAL DE JUSTIÇA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES E, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL.**



**CONTATO**  
licitacoes@tjpa.jus.br  
(91) 3205-3257

← Portal de Licitações do TJPA

Endereço do Serviço de Licitações:  
Av. Almirante Barroso, corredor principal, sala T 123.  
Retire o edital e acompanhe esta licitação e seus atos, via [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)



TJPA-RO202402272V02





Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/epo/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06





# VITRINE – MURAL

 <p><b>OBJETO E DATA DE ABERTURA</b></p> <p><b>OBJETO:</b> Registro de Preços para eventual aquisição de Uniformes diversos, para atender as necessidades deste Tribunal de Justiça, pelo período de 12 (doze) meses e, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.</p> <p><b>DATA DE ABERTURA:</b> 11/09/2024 Hora: 09:00</p>	 <p><b>CRITÉRIO PARA LANCE, TIPO E MODO DE DISPUTA</b></p> <p><b>CRITÉRIO PARA LANCE:</b> menor preço (Grupo Único)</p> <p><b>TIPO:</b> menor lance</p> <p><b>MODO DE DISPUTA:</b> aberto</p>
---	--

LOCAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

 <p><b>NÚMERO DO PROCESSO E CÓDIGO UASG</b></p> <p>PA-PRO-2024/02272</p> <p>UASG: 925942</p>	 <p><b>PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA</b></p> <p><b>PRAZO:</b> Finalizada a fase de lances, 02 horas após solicitação do Agente de Contratação</p>	 <p><b>VALOR ESTIMADO</b></p> <p><b>VALOR GLOBAL DO CERTAME:</b> R\$ 138.274,30</p>
---	---	--

**LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**

SIM  NÃO

 <p><b>REQUISITOS DE HABILITAÇÃO</b></p> <p><b>JURÍDICA:</b> Item 9.17.</p> <p><b>FISCAL e TRABALHISTA:</b> Item 9.18.</p> <p><b>ECONÔMICA:</b> Item 9.19.</p> <p><b>TÉCNICA:</b> Item 9.20.</p>	 <p><b>PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES</b></p> <p><b>PRAZO:</b> Até às 23h59min do dia 06/09/202</p> <p><b>FORMA:</b> via email: <a href="mailto:licitacao@tjpa.jus.br">licitacao@tjpa.jus.br</a></p>	 <p><b>INFORMAÇÕES GERAIS</b></p> <p><b>INSTRUÇÕES NORMATIVAS TJPA</b></p> 
---	---	---

Atualização: junho 2024  
 Edital modelo para Pregão Registro de Preços para Compras e Serviços Contínuos - Lei nº 14.133, de 2021.  
 Aprovado nos termos da Portaria TJPA nº 016/2023 - SA. 1



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
 Use 4071218.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/epi/autenticar?m=4071218.28593422-6123>  
 Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06



# Sumário

1. PREÂMBULO.....	3
2. DO OBJETO .....	4
3. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	5
4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	6
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	10
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	13
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	14
8. DA FASE DE JULGAMENTO .....	18
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	22
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	27
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	28
12. DOS RECURSOS.....	29
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	29
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	29
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	34





## 1. PREÂMBULO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ –TJPA, CNPJ nº. 04.567.897/0001-90, por intermédio da pessoa designada como Agente de Contratação, nos termos da Portaria nº. 001/2024-SA publicada na edição do Diário Oficial do Estado de 01 de fevereiro de 2024 torna público, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa nº 001/2023/TJPA de 15 de setembro de 2023, da Instrução Normativa nº 002/2024/TJPA de 17 de maio de 2024, da Portaria nº 016/2023 – SA/TJPA e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** Observado o prazo legal, as empresas interessadas poderão formular consultas pelo e-mail: [licitacao@tjpa.jus.br](mailto:licitacao@tjpa.jus.br), informando sempre o número do pregão e seu objeto.

1.2. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema obedecerão rigorosamente ao horário de Brasília/DF.

1.3. **FONTE DE RECURSOS:**

Ações: 02.122.1421.8193 / 8194 / 8195 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau / 2º Grau / Apoio  
Natureza de despesa: 339039  
Fonte: 01 759 0000 18; 02 759 0000 18; 01 500 0000 01; 02 500 0000 01.

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.





## 2. DO OBJETO

**2.1.** O objeto do presente pregão eletrônico é o Registro de Preços para eventual aquisição de Uniformes diversos, para atender as necessidades deste Tribunal de Justiça, pelo período de 12 (doze) meses e, condições e exigências estabelecidas neste instrumento, no termo de referência, Anexo I deste edital.

**2.1.1.** A licitação será realizada em grupo único, formados por 09 (nove) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**2.1.1.** Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.





### 3. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões, constam do Termo de Referência e da minuta de Ata de Registro de Preços.



TJPA-PRO202402272V02



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071218.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigeex/public/epi/autenticar?n=4071218.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06







## 4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados e interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

4.1.1. Os interessados e interessadas deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tomem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. **Não haverá participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior, se for o caso de participação exclusiva, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, *para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei 14.133, 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015. (observar o caso concreto para definição dos participantes).*

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



TJPA-PC0202402272V02



**4.7.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**4.7.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**4.7.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**4.7.4.1.** tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

**4.7.4.2.** estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado do Pará, nos termos Lei 10.520/2002.

**4.7.4.3.** estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado do Pará, tendo por fundamento o art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

**4.7.4.4.** tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

**4.7.5.** constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

**4.7.6.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.7.7.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**4.7.8.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.7.9.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**4.7.10.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**4.7.11.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



TJPAPRO202402272V02





**4.7.12.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.8.** O impedimento de que trata o item 4.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2 e 4.7.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.10.** O disposto nos itens 4.7.2 e 4.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**4.11.** A vedação de que trata o item 4.7.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.





## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.10.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4.4.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8213/1991. Na hipótese do não preenchimento da cota prevista no referido dispositivo legal, a CONTRATADA deverá comprovar que emvidou, de forma inequívoca, todos os esforços para que as vagas reservadas fossem efetivamente preenchidas.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar



nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.5.1.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**5.6.** A falsidade de qualquer declaração ou documento sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**5.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**5.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**5.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**5.10.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**5.10.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**5.11.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**5.11.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**5.11.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**5.12.** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**5.13.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo





ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**5.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071218.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigeex/public/epi/autenticar?n=4071218.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06



## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência.







## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)**.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



TJPA-PC0202402272V02



**7.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**7.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**7.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**7.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo

**7.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**7.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**7.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



**7.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**7.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.16.** No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.19.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.19.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.19.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele





intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.19.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.20.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**7.20.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.20.1.2.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.20.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, nos termos indicados na IN nº 01/2023 – PJPA, publicada em 15 de setembro de 2023.

**7.20.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.20.2.1.** empresas estabelecidas no Estado do Pará;

**7.20.2.2.** empresas brasileiras;

**7.20.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.20.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**7.20.3.** Caso perdure o empate, após os critérios anteriormente estabelecidos, o TJPA irá abrir negociação, nas mesmas condições, com as empresas empatadas buscando efetivar o desempate.

**7.21.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**7.21.1.** Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão e serão observados os preços unitários máximos constantes do Anexo I – Termo de Referência como critério de aceitabilidade.

**7.22.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

**7.22.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a



negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.22.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.22.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.22.4.** O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de, no mínimo, 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.22.5.** É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.

**7.23.** Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.







## 8. DA FASE DE JULGAMENTO

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**8.1.1.** SICAF;

**8.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**8.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429 de 1992](#).

**8.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

**8.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

**8.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

**8.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**8.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5.1. e 5.6 deste edital.

**8.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.



**8.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**8.7.1.** contiver vícios insanáveis;

**8.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**8.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**8.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**8.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.8.** O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

**8.8.1.** O Agente de Contratação poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

**8.8.2.** Havendo falhas na proposta, o Agente de Contratação deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

**8.8.3.** Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Agente de Contratação deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

**8.9.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**8.9.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

**8.9.2.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**8.9.3.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.10.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**8.10.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**8.10.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;



**8.10.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**8.10.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**8.11.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**8.12.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.12.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**8.13.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**8.14.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**8.15.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.16.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados e interessadas, incluindo os demais licitantes.

**8.17.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.





**8.18.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**8.19.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.







## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

### FIQUE ATENTO!

Será exigido atestado de capacidade técnica (item 9.20.)



**9.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**9.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**9.5.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**9.6.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**9.6.1.** O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8213/1991. Na hipótese de não preenchimento da cota prevista no referido dispositivo legal, a CONTRATADA deverá comprovar que envidou, de forma inequívoca, todos os esforços para que as vagas reservadas fossem efetivamente preenchidas.



TJPA-PRC202402272V02





9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.10. A verificação pelo Agente de Contratação, em sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que **não** estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, preferencialmente em **PDF e arquivo único**, no prazo de, no mínimo, 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

9.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e documentos que deixaram de ser apresentados, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.



**9.13.** Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.14.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

**9.15.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**9.16.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

#### **9.17. Habilitação jurídica:**

**9.17.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.17.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**9.17.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**9.17.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**9.17.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**9.17.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**9.17.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**9.17.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



**9.18. Regularidade fiscal e trabalhista:**

**9.18.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.18.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**9.18.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.18.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.18.5.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.18.6.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.19. Qualificação Econômico-Financeira:**

**9.19.1.** Conforme ponto 4 item 14 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**9.20. Qualificação Técnica:**

**9.20.1.** Conforme ponto 4 item 14 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**9.21.** O(A) Agente de Contratação deverá diligenciar para esclarecer ou complementar a instrução processual, inclusive com a inclusão de documentos novos que venham a comprovar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame.

**9.21.1.** A diligência se aplica tanto a documentos que deixaram de ser apresentados quanto a documentos que foram apresentados com data de validade expirado.

**9.21.2.** Não serão aceitos documentos novos sem a devida constatação da pré-existência de condição ao tempo da abertura da licitação.

**9.21.3.** A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.

**9.22.** A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 9.26 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova



documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

**9.23.** Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 9.25, o Agente de Contratação, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de "anexos" do sistema.

**9.24.** O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de Contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**9.25.** Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de Contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**9.26.** O TJPJ possibilitará 01 (uma) oportunidade para que o licitante inclua documento novo que comprove condição pré-existente.







## 10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**10.1.** Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos na Ata de Registro de Preços, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que:

**10.2.1.** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

**10.2.2.** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**10.3.** A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sítio eletrônico do PJPA e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**10.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**10.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**10.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**10.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.





## 11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

11.1.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observado que o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital

11.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

11.2.1. aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.2.2. mantiverem sua proposta original

11.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

11.4. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.6.1. quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.6.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no Regulamento do TJPA.

11.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.7.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.7.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.





## 12. DOS RECURSOS

**12.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.2.** O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**12.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**12.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**12.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 20 (vinte) minutos.

**12.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**12.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**12.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**12.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**12.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**12.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.





### 13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

#### FIQUE ATENTO!

Observe os percentuais de multa estabelecidos para os casos de descumprimento do pactuado. – ITEM 13.4.



- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/a durante o certame;
- 13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 13.1.3. não celebrar a ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 13.1.5. fraudar a licitação.
- 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.





**13.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**13.2.1.** Advertência;

**13.2.2.** Multa;

**13.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;

**13.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

**13.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**13.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**13.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**13.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**13.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**13.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.4.** A multa será conforme especificado no Termo de Referência, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**13.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**13.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**13.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1, 13.1.1 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**13.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1, 13.1.1 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**13.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades cabíveis.

Atualização junho 2024

31

Edital modificado para Pregão Eletrônico de Preço para Computador e Serviços Conexos - Lei nº 14.133, de 2021.  
Aprovado nos termos da Portaria TJP/PC 016/2023 - SA.



**13.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**13.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**13.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.





## 14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**14.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**14.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**14.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **por meio do seguinte endereço eletrônico: licitacao@tjpa.jus.br.**

**14.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**14.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.





## 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-de-Convenios-e-Contratos/409290-licitacoes.xhtml>.
- 15.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.10.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 15.10.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços



Belém, 29 de agosto de 2024

**VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES**

Secretário de Administração





	<b>TERMO DE REFERÊNCIA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS Nº 07 - Versão 01</b>	 MANUAL DAS CONTRATAÇÕES Clique para acessar				
[Processo Administrativo nº TJP-PRO-2024/02272]						
<b>1 - DA DEFINIÇÃO E NATUREZA DO OBJETO – art. 30, §1º, inciso I da IN nº 01/2023</b>						
Registro de Preços para eventual aquisição de Uniformes diversos, para atender as necessidades deste Tribunal de Justiça, pelo período de 12 (doze) meses e, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.						
O objeto é caracterizado como comum, cujo mercado oferece solução integrada de confecção e entrega dos uniformes diversos e personalizados, para o fornecimento conforme a demanda, assegurando a qualidade, eficiência, personalização, cumprimento das normas legais e otimização de recursos.						
Indicar a natureza da contratação, baseado nas seguintes opções: <input type="checkbox"/> Serviço não continuado (por escopo) <input type="checkbox"/> Serviço de engenharia <input type="checkbox"/> Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra <input type="checkbox"/> Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra <input type="checkbox"/> Serviço continuado misto, com e sem dedicação exclusiva de mão de obra <input type="checkbox"/> Serviços técnicos de natureza intelectual <input type="checkbox"/> Material de consumo, bem permanente / equipamento						
O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria nº 2.029, de 2023. – <a href="https://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=1306629">https://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=1306629</a>						
<b>2 - INDICAÇÃO DAS QUANTIDADES - art. 30, §1º, inciso II da IN nº 01/2023</b>						
<b>LOTE ÚNICO</b>						
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT / CATMAT*	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE PARA 12 (DOZE) MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Confecção CAMISA SOCIAL MASCULINA, em tecido microfibr, com manga longa, bolso bordado com o brasão do TJP e Texto, nas cores azul claro, branca e/ou cáqui.	239304	UN	80	R\$ 129,33	R\$ 10.346,40
2	Confecção CALÇA SOCIAL MASCULINA em Oxford, com bolsos na costa e na frente, nas cores preta e/ou azul marinho.	221720	UN	80	R\$ 134,38	R\$ 10.750,40
3	Confecção CAMISA SOCIAL FEMININA em tecido microfibr, com manga longa e/ou 3/4, com bolso bordado com o brasão do TJP e Texto. Cor a definir	613848	UN	80	R\$ 123,05	R\$ 9.844,00



TJP-PRO-2024/02272V01



TJP-PRO-2024/02272V02



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16 09



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13 06



4	Confeção CALÇA SOCIAL FEMININA em Oxford com elástico, com bolsos na costa e na frente, nas cores preta e/ou azul marinho.	290839	UN	80	R\$ 133,73	R\$ 10.698,40
5	Confeção JAQUETA sem manga em Terbrim, na cor preta e/ou azul marinho, com impressão em serigrafia/polícromia, na frente e na costa, duas listras nos ombros, com bolsos, fechamento com zíper, na parte da frente.	320872	UN	200	R\$ 128,41	R\$ 25.682,00
6	Confeção JALECO OU BATA em tecido microfibril leve, manga longa e/ou 3/4 com dois bolsos situados às laterais, um bolso à altura do peito, bordado com o brasão do TJPA. Cor a definir.	453654	UN	70	R\$ 140,00	R\$ 9.800,00
7	Confeção Veste Talar tipo PELERINE, gola estilo padre com torçal nas cores branca, azul e/ou vermelho, fechamento com botão de pressão, comprimento na altura da cintura, em cetim de seda, em formato godê, na cor preta.	607779	UN	80	R\$ 144,17	R\$ 11.533,60
8	Confeção TOGA confeccionada em cetim italiano ou similar, na cor preta, com manga longa e manga curta sobreposta, pala com cordão e pingente.	150599	UN	05	R\$ 1.449,50	R\$ 7.247,50
9	Confeção CAMISA em malha de algodão fio 30.1, com gola careca com acabamento em ribana 0.1, manga curta, com impressão em policromia/serigrafia na frente e na costa, nas cores preta, branca, azul, amarelo, verde e/ou vermelho.	255412	UN	1.200	R\$ 35,31	R\$ 42.372,00
<b>QUANTIDADE TOTAL PARA 12 MESES</b>				<b>1.675</b>		<b>R\$ 138.274,30</b>



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
 Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
 Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



TJPA-PRO202402272V01



TJPA-PRO202402272V02



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
 Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
 Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06



Na hipótese de haver discordância entre a descrição do objeto conforme indicado no código CATMAT/CATSER no portal comprasgov e a descrição presente neste documento, a descrição contida no Termo de Referência terá precedência.

**3 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso III da IN nº 01/2023**

Com o término da vigência da Ata de Registro de Preço Nº 024/2023, em 29/09/2024, a formalização de nova ATA se faz necessária em razão do Tribunal manter convênios e parcerias com outras instituições que dispensem mão de obra para realizarem trabalhos nas instalações deste Poder, devendo estes estarem devidamente uniformizados, quando da realização de mutirões e outros eventos em que são necessários que os participantes utilizem camisa alusiva ao evento, pela necessidade de participantes de sessões de Júri estarem vestindo pelerines e outras necessidades ora não previstas, e como o Tribunal não dispõe de mão de obra para a confecção e por serem modelos não disponíveis no mercado, deve ser contratada empresa especializada para o fornecimento destes.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP:	NÃO SE APLICA	Data de publicação no PNCP:	NÃO SE APLICA
Código da contratação no PCA:	SEADM45A24	Classe/Grupo:	NÃO SE APLICA

**4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO - art. 30, §1º, inciso IV da IN nº 01/2023**



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
 Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
 Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



TJPA-PRO2024-02272V01





TJPA-PRO2024-02272V02



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
 Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
 Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06

4.1. A descrição da solução como um todo, abrange a confecção com a entrega de uniformes diversos personalizados, capaz de atender a demanda deste Tribunal de Justiça, facilitando a aquisição dos uniformes, conforme a necessidade.  
 4.2. A solução escolhida foi terceirizar a execução do serviço adquirindo as peças sob encomenda de forma parcelada através da formalização de uma ata de registro de preços, conforme apontado no Estudo Técnico Preliminar.  
 4.3. Para fins desta contratação, adota-se a seguinte **definição**:  
 4.3.1. **Fornecimento de Uniformes**: confecções feitas sob medidas, quantitativos e layouts fornecidos pelo TJPA, com a entrega dos Uniformes nas dependências deste Tribunal de Justiça do Pará.

Item	Descrição	Especificações	Quantidade Estimada
1	Camisa Social Masculina	Em tecido <b>microfibra</b> , com manga longa, bolso bordado com o brasão do TJPA e/ou texto, nas cores azul claro, branca e/ou cáqui.	80
2	Calça Social Masculina	Em tecido <b>microfibra</b> , com bolsos na costa e na frente, nas cores preta e/ou azul marinho.	80
3	Camisa Social Feminina	Em tecido <b>microfibra</b> , com manga longa e/ou 3/4, bolso bordado com o brasão do TJPA e/ou texto. Cor a definir.	80
4	Calça Social Feminina	Em tecido <b>microfibra com elastano</b> , com bolsos na costa e na frente, nas cores preta e/ou azul marinho.	80
5	Jaqueta ou Colete	Sem manga em terbrim, na cor preta e/ou azul marinho, com impressão em serigrafia/polí cromia, na frente e nas costas, duas litras nos ombros, fechamento com zíper, na parte da frente. 	200
6	Jaleco ou Bata	Em tecido <b>microfibra leve</b> , manga longa e/ou 3/4 com dois bolsos situados às laterais, um bolso à altura do peito, brasão do TJPA pintado e/ou texto, acabamento dos punhos das mangas com ribana. Cor a definir.	70
7	Veste Talar tipo Pelerine, gola estilo padre	Gola estilo padre com tergal nas cores branca, azul e/ou vermelho, fechamento com botão de pressão, comprimento na altura da cintura, em cetim de seda, em formato godê, na cor preta. 	80



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
 Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
 Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
 Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
 Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06





8	Veste Talar tipo Toga	Em cetim italiano ou similar, na cor preta, com manga longa e manga curta, sobrecosta, pala com cordão e pingente, na altura do calcanhar.	05
9	Camisa	Em malha 100% algodão fio 30 L, com gola careca com acabamento em ribana 0,1, manga curta, com impressão em policromia/serigrafia na frente e na costa, nas cores preta, branca, azul, amarelo, verde e/ou vermelho.	1.200
TOTAL DE PEÇAS			1.875



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



TJPA-PRC202402272V01



TJPA-PRC202402272V02



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06

**5 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso V da IN nº 01/2023**

**Ponto 1: Sustentabilidade - art. 30, §1º, inciso X da IN nº 01/2023**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

[ X ] Financeira:  
[ X ] Ambiental:  
[ X ] Social:  
[ ] Outros:  
[ ] Não se aplica

**Justificativa:**

**Financeira:** com a edição do Estatuto das ME-EPP, a Lei Complementar (LC) nº 123/2006, criam-se normas gerais para o tratamento diferenciado e favorecido a tais empresas, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos. Em síntese, as ME-EPP dispõem de prazo adicional para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista no momento da habilitação em procedimentos licitatórios (LC 123: arts. 42 e 43) e preferência de contratação em caso de empate de propostas (LC 123, arts. 44 e 45). Ademais, o tratamento diferenciado e favorecido inclui as hipóteses de licitação exclusiva para ME-EPP, de exigências no edital para que os vencedores subcontratem ME e EPP e do estabelecimento de cotas para fornecimento pelas ME-EPP de bens e serviços de natureza divisível (LC 123: arts. 47 e 48).

**Ambiental:** a busca de práticas mais sustentáveis visa equilibrar a eficiência promover a minimização de desperdícios e a redução da pegada ecológica. Produzir uniformes apenas conforme a necessidade evita a superprodução, diminuindo o consumo de recursos naturais, como água e energia, além de reduzir a geração de resíduos têxteis. Além disso, a escolha de fornecedores comprometidos com práticas sustentáveis, como o uso de materiais ecológicos e processos de produção eficientes, contribui para a preservação do meio ambiente e a mitigação dos impactos negativos da indústria têxtil.

**Social:** No aspecto social, a ATA favorece a geração de empregos dignos e a melhoria das condições de trabalho, especialmente quando se opta por fornecedores que seguem normas trabalhistas justas, não aceitando funcionários empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. Deve ser observado a política de empregabilidade de reabilitados e portadores de deficiência, conforme art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Além disso, ao valorizar empresas locais, é fortalecida a economia regional e promove a inclusão social.

**Ponto 2: Indicação de marcas ou modelos - art. 41, inciso I da Lei nº 14.133/2021**

Na presente contratação não há indicação de marcas e modelos. Apenas exigências quanto à especificação técnica do objeto.

**Ponto 3: Da vedação de contratação de marca ou produto**

Não há vedação de contratação de marca ou produto.

**Ponto 4: Da exigência de amostra**

Na fase de aceitabilidade da proposta, o LICITANTE classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação, **AMOSTRA** de tecidos referentes aos **Itens Nº 1, 2, 7, 8 e 9**, da tabela constante no item 4.

As amostras deverão ser entregues na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada no Edifício Sede - Prédio Lauro Sodré, na Av. Almirante Barroso, nº 3089, bairro Souza, Belém Pará. CEP: 66.613-710.

Em caso de reprovação da amostra, o LICITANTE será desclassificado passando a ser convocada a próxima LICITANTE com melhor proposta e, assim sucessivamente.

A amostra aprovada permanecerá em poder deste Tribunal de Justiça, com vistas à avaliação da conformidade entre a aprovada e o material efetivamente entregue, até o término da vigência da ARP.

**Ponto 5: Da exigência de carta de solidariedade**

NÃO SE APLICA.

**Ponto 6: Subcontratação**

[X] Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.  
[ ] É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:....

**Ponto 7: Garantia da contratação**

Não se verifica a necessidade de garantia contratual para a viabilidade do Registro de Preços para esta demanda.



TJPA-PRC202402272V01



TJPA-PRC202402272V02



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16 09



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/epo/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13 06

<b>6 - MATRIZ DE RISCOS - art. 30, §1º, inciso VI da IN nº 01/2023</b>	
<b>Obrigatório:</b> <input type="checkbox"/> Obras e serviços de grande vulto. <input type="checkbox"/> Obras e serviços de engenharia em regimes de contratação integrada e semi-integrada.	<b>Facultativo:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Aquisições e serviços diversos.
<b>7 - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO - art. 30, §1º, inciso VII da IN nº 01/2023</b>	
<b>Catálogo padronizado</b> <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <b>Justificativa:</b> O T.J.PA não possui catálogo próprio, ainda. Na hipótese de haver discordância entre a descrição do objeto conforme indicado no código catmat/catsar no portal compras.gov e a descrição presente neste documento, a descrição contida no Termo de Referência terá precedência. Contratação de empresa especializada no fornecimento de uniformes diversos, para atender as necessidades deste Tribunal de Justiça, pelo período de 12 (doze) meses, compreendendo a mão de obra, o emprego dos materiais, equipamentos, e EPI's necessários à confecção dos referidos uniformes, bem como a entrega, conforme a demanda e, as especificações técnicas, de acordo com o descrito no item 4, bem como as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	
<b>8 - INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS, E/OU DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO - art. 30, §1º, inciso VIII da IN nº 01/2023</b>	
<b>Ponto 1: Condições de Entrega</b> O local de entrega será no Edifício Sede - Prédio Lauro Sodré - Departamento de Patrimônio e Serviços, Avenida Almirante Berrso nº 3089, no horário das 08:00h às 16:00 horas, É de responsabilidade do FORNECEDOR todos os produtos utilizados na confecção para o fornecimento do objeto, bem como o transporte para a entrega ou recolhimento.	
<b>Ponto 2: Recebimento</b> <b>Do recebimento provisório:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Os uniformes serão recebidos, provisoriamente, findado o prazo oficial de entrega de 15 (quinze) dias, pelo fiscal técnico, mediante termo de entrega detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (modelos, quantidades e tamanhos conforme solicitados).</li></ul> <b>Do recebimento definitivo:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Os uniformes serão recebidos definitivamente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade do produto, pela equipe de gestão e fiscalização da ARP.</li><li>No caso de conformidade, a empresa deverá encaminhar a documentação legal: nota fiscal, recibo, certidões negativas para providências quanto à liquidação e pagamento da aquisição.</li><li>No caso de inconformidade, a empresa receberá notificação para o reparo, ajuste e/ou substituição da peça, conforme o caso, dentro do prazo estabelecido.</li><li>Após o cumprimento da inconformidade apontada e prazos de recebimento a documentação será liberada e encaminhada para o Departamento Financeiro.</li></ul>	
<b>9 - GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA - art. 30, §1º, inciso IX da IN nº 01/2023</b>	



TJPA-PRO202402272V01



TJPA-PRO202402272V02



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06



**Garantia do produto/serviço**

- 9.1. O período de garantia será oferecido pela EMPRESA durante a vigência da ATA;
- 9.2. O pedido de substituição ou reparo, durante o período de garantia, será formalizado por e-mail ou outro meio hábil de comunicação;
- 9.3. O início do período de garantia dar-se-á na data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;
- 9.4. O prazo para atender aos chamados técnicos efetuados pelo TIPA no PERÍODO DE GARANTIA, será de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data/hora da sua solicitação;
- 9.5. Todas as peças substituídas deverão apresentar padrões de qualidade iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do objeto, sempre novas e de primeiro uso, não podendo ser recondiçionadas;
- 9.6. Os chamados técnicos serão sempre realizados pela DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS diretamente à EMPRESA que, deverá tomar todas as providências necessárias ao pleno atendimento do chamado, obedecendo rigorosamente os prazos e condições aqui estabelecidos;
- 9.7. Eventuais consertos, ajustes e/ou substituições dos produtos deverão ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação, sem ônus adicional para o Tribunal;
- 9.8. Durante o período da garantia, a CONTRATADA, independentemente de ser ou não o fabricante do objeto, obriga-se a efetuar, sem ônus para o contratante, o reparo ou a substituição de toda e qualquer peça que apresentar irregularidades e/ou defeitos de fabricação;
- 9.9. Para o cumprimento da garantia tratada neste Termo de Referência, a EMPRESA se compromete a cumprir rigorosamente os prazos previstos e disponibilização de pessoal para substituição das peças, conforme item 9.6.

**10 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - art. 30, §14, inciso XI da IN nº 01/2023**

- Estratégia e abordagem adotada para alcançar os resultados esperados desde o início até o encerramento da ATA:
- 10.1 A solicitação de uniformes será encaminhada ao FORNECEDOR através de e-mail institucional;
  - 10.2 O FORNECEDOR receberá via e-mail, Nota de Empenho e Ordem de Autorização, com os referidos modelos, quantitativos e tamanhos, referente ao pedido a ser executado;
  - 10.3 O prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias, a contar do acusamento de recebimento do e-mail;
  - 10.4 Em caso de ausência de manifestação quanto ao recebimento da solicitação, no prazo de 48 horas, será contabilizada a leitura automática ao final do referido prazo;
  - 10.5 Manter o TIPA informado quanto a eventuais mudanças de endereço, telefone e e-mail;
  - 10.6 Após a assinatura da ATA, sempre que a natureza da prestação dos serviços exigir, o órgão ou entidade deverá promover reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratação, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;
  - 10.7 Os assuntos tratados na reunião inicial devem ser registrados em ata e, preferencialmente, estarem presentes o gestor, o fiscal ou equipe responsável pela fiscalização da ATA, o preposto da empresa, e, se for o caso, o servidor ou a equipe de Planejamento da Contratação;
  - 10.8 Não será admitido o fornecimento de uniformes usados;
  - 10.9 Entregar as peças com etiqueta da marca do fabricante, número do manequim e a composição do tecido.



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



TJPA-PRO202402272V01



TJPA-PRO202402272V02



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/epi/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06



**Obrigações:**

**Das obrigações do TIPA**

- a) Emitir Nota de Empenho à FORNECEDORA;
- b) Emitir ordem de autorização, contendo todas as informações que se fizerem necessárias ao perfeito fornecimento dos produtos;
- c) Efetuar o pagamento na forma e no prazo estabelecido, exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela FORNECEDORA, verificar a regularidade do Contratado perante o ISS e o INSS em face das contribuições devidas antes do pagamento.

**Das obrigações da FORNECEDORA**

- a) Prestar o fornecimento dos produtos de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e conforme especificado no orçamento;
- b) Não subcontratar, ceder ou transferir totalmente, parte alguma do fornecimento;
- c) Observar rigorosamente os prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- d) Cumprir todas as cláusulas, fornecendo fielmente os produtos solicitados, obedecendo aos prazos e demais termos estabelecidos;
- e) Comunicar ao TIPA toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a execução do objeto contratado;
- f) Manter, durante a vigência desta ATA, as condições de habilitação e qualificação necessárias para o fornecimento com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica;
- g) Acatar todas as exigências do TIPA, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- h) Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o(s) produto(s) em que se verificarem danificados ou em desacordo com as especificações, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

**11 - PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO - art. 30, §1º, inciso XII da IN nº 01/2023**

[X] O prazo de vigência será de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, prorrogável por igual período, na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovado o preço vantajoso.

A aquisição de uniformes é constantemente necessária, visto este TIPA realizar diversos tipos de eventos institucionais propostos pela Presidência, como sessões do Pleno, do Tribunal do Juri, cerimônias, homenagens etc., e ainda manter convênios e parcerias com outras instituições que disponibilizam mão de obra atuantes nas instalações deste órgão, devendo estes estarem devidamente uniformizados, quando da realização desses eventos e solenidades oficiais em que são necessários que os participantes utilizem camisas/jaquetas alusivas aos referidos eventos.

**12 - MODELO DE GESTÃO DA ATA - art. 30, §1º, inciso XIII da IN nº 01/2023**

**Ponto 1: Estabelecimento de condições gerais**

- 12.1 A referida ATA será gerida pelos servidores elencados no respectivo Item 12, tabela **Ponto 2** – Fiscalização e **Ponto 3** Gestor da ATA, ou outro formalmente designado pela Administração, que será comunicado à contratada.
- 12.2 A forma de comunicação e acompanhamento a execução da ATA entre o órgão e a empresa contratada será realizada de forma escrita, preferencialmente, por meio eletrônico através de e-mail dos fiscais ou telefone do setor demandante.
- 12.3 A contratada deverá fornecer o objeto, a partir do recebimento da Nota de Empenho.
- 12.4 A entrega da demanda deverá ser completa conforme empenho, admitindo-se em caso fortuito, a entrega parcial com o acompanhamento da fatura relativa à entrega para fins de recebimento definitivo e liquidação da despesa.
- 12.5 A ATA o deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**Ponto 2: Fiscalização**



TJAPRO202402272V01



TJAPRO202402272V02



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06



Fiscal Técnico	Nome(s) do(s) servidor(es) Titular(es): Jandira Luzia Matos Pires	Matrícula(s): 67180
	Nome(s) do(s) servidor(es) Substituto(s): Augusto Lopes Matos	Matrícula(s): 205231

**Ponto 3: Gestor da ATA**

Nome(s) do(s) servidor(es) Titular(es): Énio de Oliveira Rebouças	Matrícula(s): 42640
Nome(s) do(s) servidor(es) Substituto(s): Jandira Luzia Matos Pires	Matrícula(s): 67180

**11 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO - art. 30, §1º, inciso XIV da IN nº 01/2023**

Os critérios de medição e de pagamento são fundamentais para estabelecer parâmetros claros que orientem o acompanhamento do cumprimento das obrigações contratuais e a determinação dos valores a serem pagos.

**Ponto 1: Liquidação e Pagamento**

- O pagamento será realizado somente após a realização do recebimento definitivo pela equipe de gestão e fiscalização, o qual será formalizado por meio do atesto da nota fiscal de cobrança;
- Após o recebimento definitivo, o pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da EMPRESA, em no máximo 30 (trinta) dias corridos;
- O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133, de 2021;
- Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - o prazo de validade;
  - a data da emissão;
  - os dados da ATA e do órgão contratante;
  - o período respectivo de execução da ATA;
  - o valor a pagar; e
  - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;
- A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
  - verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; e
  - identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;
- O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;
- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam adionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a ampla defesa, e
- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ATA, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- O TPA realizará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado do recebimento definitivo do material e da apresentação do documento fiscal correspondente;



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06

<p>n) No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice IPCA de correção monetária;</p> <p>o) O TJPA, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela contratada, nos termos pactuados;</p> <p>p) No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TJPA encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, e</p> <p>q) O valor dos encargos será calculado pela fórmula: <math>EM = I \times N \times VP</math>, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.</p> <p>r) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;</p> <p>s) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;</p> <p>t) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;</p> <p>u) O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.</p>
<p><b>Ponto 2: Antecipação de Pagamento</b></p> <p>Não haverá antecipação de pagamento sendo as faturas pagas apenas após o recebimento definitivo do objeto e liquidação da despesa pelo Órgão.</p>
<p><b>Ponto 3: Cessão de Crédito</b></p> <p>Não haverá Cessão de Crédito.</p>



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



TJPA-PRO202402272V01



TJPA-PRO202402272V02



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06



**14 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO - art. 30, §1º, inciso XV da IN nº 01/2023**

**Ponto 1: Forma de seleção, modo de disputa, modalidade de licitação e critério de julgamento da proposta**

**A forma de seleção será:**

- Eletrônica  
 Presencial

**O modo de disputa será:**

- Aberto  
 Fechado  
 Aberto e fechado  
 Fechado e aberto

**Justificativa:** Conforme preceituado pelo inciso I do Artigo 56 da Lei nº 14.133, de 2021, no formato de disputa aberta, os concorrentes deverão apresentar suas propostas por intermédio de lances públicos e sucessivos, os quais podem variar tanto de forma crescente quanto decrescente. Tal procedimento é justificado pela natureza do pregão, cujo critério de avaliação se pauta no menor preço para os itens em licitação.

Nesse mesmo contexto, no desenrolar da modalidade de disputa aberta, a etapa de lances se resume a uma competição eletrônica, na qual todos os participantes da licitação se engajam. Durante essa fase, os valores são devidamente registrados pelo sistema, sendo o lance vencedor aquele que oferece a melhor relação custo-benefício, conforme determinado ao término desta fase competitiva.

O estímulo constante à disputa de preços no formato aberto, através dos lances sucessivos e públicos, mitiga o risco de empresas inexperientes (especialmente aquelas novas no mercado) apresentarem valores discrepantes em uma etapa sigilosa. Os preços em competição aberta se tornam transparentes, fomentando uma concorrência mais saudável entre os participantes. Assim, a mitigação de riscos na ATA contribui significativamente para a realização de uma licitação que possa alcançar, de forma mais expedita, os resultados almejados.

Ademais, não se vislumbra qualquer vantagem para a Administração Pública em optar por uma modalidade de disputa distinta do formato aberto. Igualmente, não há indícios de que tal escolha proporcione simplificação procedimental ou agilidade na conclusão do certame licitatório.

**Modalidade será:**

- Pregão Eletrônico

**O critério será:**

- Menor preço  
 Melhor desconto

**A forma de Adjudicação será:**

- Lote único

**Justificativa:** O parcelamento do objeto não se aplica na presente contratação, sendo necessário o agrupamento dos itens em Lote Único, no intuito de tornar o objeto mais atraente aos licitantes, garantir a uniformidade na ATA, bem como a uma economia de escala com uma menor estrutura de fiscalização para apenas uma empresa vencedora.

**Ponto 2: Forma de fornecimento**

- Integral  
 Parcelado  
 Continuado

O fornecimento será por demanda de acordo com as especificações estabelecidas para cada evento.

**Ponto 3: Exclusividade para ME's e EPP's**



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06

Valor estimado de até R\$ 80.000,00

**Licitação**  
 Não  
 Sim

**Item / lote**  
 Não  
 Sim

**Exclusivo às ME/EPP**

**Licitação**  
 Não  
 Sim

**Item / lote**  
 Não  
 Sim  
Item / lote .....

**Justificativa para não adoção:**  
 Não há um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados localmente ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.  
 Não é vantajoso para a administração pública, conforme demonstrado:  
**Justificativa:** Na presente contratação e considerando a complexidade da contratação, levamos em consideração os **Riscos de Continuidade:** Devido à sua pequena escala, as MEs podem enfrentar desafios para manter a continuidade do fornecimento ao longo do tempo, especialmente se ocorrerem problemas financeiros ou de recursos humanos. **Estabilidade financeira:** MEs podem ser mais vulneráveis a flutuações econômicas e têm menos margem para enfrentar imprevistos financeiros, o que pode afetar a entrega do objeto de forma consistente.  
 Representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.  
Justificativa .....

**Ponto 4: Exigências de habilitação**  
Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Qualificação Econômico-Financeira**

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;
- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura do certame;
- Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;
- Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação (capital mínimo) OU (patrimônio líquido mínimo) de 10% do (valor total estimado da contratação) OU (valor total estimado da parceria pertinente);
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06



**Qualificação Técnica**

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta ATA, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

a.1) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: comprovando o **fornecimento de no mínimo 50% do quantitativo** de cada item abaixo, ficando os demais dispensados de comprovação:

**Item nº 01 e/ou 03 - Camisa masculina e/ou feminina;**  
**Item nº 02 e/ou 04 - Calça social masculina e/ou feminina;**  
**Item nº 09 - Camisa.**

b) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo de 50% do total do objeto, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

d) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato, Ata de Registro de Preços ou empenho que deu suporte à contratação, endereço atual do Órgão contratante e local em que foi executado o objeto registrado, dentre outros documentos.

e) Prova de atendimento aos requisitos previstos no artigo 63 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

f) Caso o TPA entenda necessário, poderão ser solicitadas as cópias dos contratos e aditivos da prestação do respectivo serviços e fornecimentos e das Notas Fiscais correspondentes aos Atestados apresentados, visto que poderão ser objeto de diligências para a verificação da autenticidade de seu conteúdo.

g) Atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial contemplando os mesmos objetos no mesmo período serão considerados como um único Atestado, computando-se o de maior volume.

h) Os Atestados de Capacidade Técnica apresentados poderão ser objeto de diligência a critério do CONTRATANTE, para verificação de autenticidade de seu conteúdo. A impossibilidade de verificação tornará o Atestado inválido.

i) Encontrada divergência entre o especificado nos Atestados e o apurado em eventual diligência, inclusive validação da ATA de prestação de serviços entre o emissor do Atestado e a licitante, além da inabilitação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

No caso de cooperativas, deverá ser apresentada a seguinte documentação complementar:

a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a ATA e que executarão a ata de registro de preços, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, parágrafos 2º e 6º da Lei nº 5764/1971;

b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

d. O registro previsto na Lei nº 5764/1971, no art. 107;

e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão a ATA, e

f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

f.1) ata da fundação;

f.2) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

f.3) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

f.4) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

f.5) três registros de presença dos cooperados que executarão a ATA em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

f.6) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**Ponto 5: Consórcio**



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



TJPA-PRC0202402272V01



TJPA-PRC0202402272V02



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06



Será possível a participação de consórcios de empresa.  
Exigências de participação:...

Não será possível a participação de consórcios de empresa.  
Justificativa obrigatória:  Objeto a ser contratado não é considerado de alta complexidade ou grande vulto.

**Ponto 6: Admissão de Cooperativa - FACULDADE**

Não  
 Sim

**Exigências de participação:** Conforme o art. 16 da Lei nº 14.133/2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

**15 - REAJUSTE - art. 30, §1º, inciso XVI da IN nº 01/2023**

O reajuste é uma cláusula essencial para fornecimentos de médio e longo prazo, visando garantir a correção dos valores adjudicados em função da variação de índices econômicos ao longo do tempo.

Não se aplica por se tratar de aquisição  
 Serviços continuados  
 Fornecimento continuado

a) Os preços inicialmente registrados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 31/07/2024;

b) Após o interregno de um ano, e independente de pedido do contratado, os preços dos itens serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado no período. Poderão ser aplicados índices negativos no período em que houver deflação;

c) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

d) No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o TJPÁ pagará à empresa a importância calculada pela última variação conhecida;

e) Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

f) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

g) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio do termo aditivo;

h) O reajuste será realizado por apostilamento, quando não implicar em alteração contratual.

**16 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso XVII da IN nº 01/2023**

O valor total estimado para o Registro de Preços será de R\$ 138.274,30 (cento e trinta e oito mil, duzentos e setenta e quatro reais e trinta centavos), conforme custos unitários apostos no item 02 deste Termo de Referência.

**17 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - art. 36, §1º, inciso XVIII da IN nº 01/2023**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaeex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaeex/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06



**A contratação será atendida pela seguinte dotação:**

Os valores para essa contratação foram previstos no Plano Orçamentário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, referente à **Secretaria de Administração**, vigente para o exercício de 2024, **SEADM45A24**.

DOTAÇÃO: 203-2

AÇÃO: 04.102.02.122.1421.8193 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - **1º Grau**

FONTE: Fundo do Reaparelhamento do Judiciário - FRJ

ELEMENTO DA DESPESA: 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

RECURSO: 01.759.0000.18

DOTAÇÃO: 218-2

AÇÃO: 04.102.02.122.1421.8195 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - **Apoio**

FONTE: Fundo do Reaparelhamento do Judiciário - FRJ

ELEMENTO DA DESPESA: 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

RECURSO: 01.759.0000.18

DOTAÇÃO: 211-2

AÇÃO: 04.102.02.122.1421.8194 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - **2º Grau**

FONTE: Fundo do Reaparelhamento do Judiciário - FRJ

ELEMENTO DA DESPESA: 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

RECURSO: 01.759.0000.18

**18 - SANÇÕES APLICÁVEIS E GRADUAÇÕES – art. 30, §1º, inciso XIX da IN nº 01/2023**



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



TJPA-PRO-0202-407272V01



TJPA-PRO-0202-407272V02



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigae/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06

**Das sanções**

18.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações (art. 6º da IN nº 003/2024-GP):

- a) dar causa à inexecução parcial da ATA;
- b) dar causa à inexecução parcial da ATA que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total da ATA;
- d) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução da ATA, mesmo após realização de diligências;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ATA;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ATA;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Aos licitantes ou às contratadas que praticarem infrações administrativas previstas no subitem 18.1 deste Termo de Referência, ficarão sujeitos às seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) multa; moratória e/ou compensatória;
- c) impedimento de licitar e contratar com o Estado do Pará pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida, entendendo-se como qual o fato gerador a ser imputado à hipótese normativa - leve, média, grave ou gravíssima;
- b) as peculiaridades do caso concreto, nos termos do art. 5º da Lei 14.133, de 2021, e do art. 22 da LNDI;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que da infração provierem para a Administração Pública; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

18.4. Com fundamento no Capítulo II da IN nº 003/2024-GP, a Contratada:

18.4.1. Será sancionada com advertência nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos e ao interesse coletivo e que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

18.4.1.1. A sanção de advertência somente será aplicada durante a vigência da ATA.

18.4.2. Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado do Pará pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral da ATA ou instrumento correspondente, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) dar causa à inexecução parcial da ATA que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (de três meses a dois anos);
- b) dar causa à inexecução total da ATA (de seis meses a três anos);
- c) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução da ATA, mesmo após realização de diligências (de dois meses a seis meses);
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (de dois meses a um ano);
- e) não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (de seis meses a um ano);
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da ATA sem motivo justificado (de três meses a um ano).

18.4.3. Será declarada inidônea para licitar e contratar quaisquer órgãos do Poder Público, em qualquer nível federativo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações, nos termos dos artigos 25 e 26, da IN nº 003/2024-GP.



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



TJAP-PRC202402272V01



TJAP-PRC202402272V02



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06



- a) aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Pará, que implicarem danos financeiros significativos para o TJPA, impactos severos na eficiência da ATA ou nas rotinas administrativas;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou de prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ATA;
- c) fraudar a licitação ou de praticar ato fraudulento na execução da ATA;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou de cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, e
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

18.4.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no subitem 18.1 deste Termo de Referência, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do empenho.

18.4.5. A multa compensatória será aplicada para o caso de inexecução parcial ou total da ATA nos seguintes percentuais e condições:

- a) De 20% (vinte por cento) do valor da parcela do objeto não entregue, no caso de inexecução parcial da ATA;
- b) De 30% (trinta por cento) do valor total da ATA, no caso de inexecução total;
- c) De 30% (trinta por cento) sobre o valor total da ARP em caso de recusa injustificada da adjudicatária em assinar a ATA ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, inexecução total do objeto, ou da necessidade de cancelamento da nota de empenho, sem prejuízo da aplicação do disposto nos itens a, b e c do subitem 18.4.6.;

18.4.5.1. A inexecução parcial da ATA restará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

- a) Atrasar em prazo superior a 30 (trinta) dias a entrega do objeto e esta, apesar de realizada, não ocorreu em sua totalidade.

18.4.5.2. A inexecução total da ATA restará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

- a) Atrasar a entrega do objeto em prazo superior a 30 (trinta) dias e a sua totalidade não for entregue.

18.4.6. A multa de mora será aplicada quando a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE, entre outras hipóteses:

- a) 5% (cinco por cento) por dia de atraso na execução do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parcela inadimplente, até o limite de 15 (quinze) dias de atraso;
- b) 10% (dez por cento) por dia de atraso na execução do objeto, calculado a partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso sobre o valor correspondente à parcela inadimplente;
- c) Até 5% (cinco por cento) sobre o valor do pedido referente ao quantitativo não entregue, nas hipóteses não previstas nos itens anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- d) Até 10% (dez por cento) sobre o valor da ARP, pelo descumprimento das demais cláusulas da ATA ou do Termo de Referência, exceto prazo de execução e casos previstos nos itens anteriores;
- e) Em caso de descumprimento das obrigações assumidas que não estejam compreendidas nos itens anteriores, a multa será aplicada de acordo com a gravidade da infração (Tabela 1), fazendo-se a graduação constante na Tabela 2.

Tabela 1: DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
01	Deixar de entregar o pedido constante da Nota de Empenho enviada para a realização do serviço, por ocorrência;	05
02	Entregar item do pedido em desacordo às especificações contidas neste TR, salvo por motivo de solicitação de alteração do demandante;	04
03	Deixar de entregar a quantidade constante da Nota de Empenho no prazo constante neste TR, por ocorrência;	03
04	Deixar de entregar o pedido no prazo estabelecido neste TR, salvo acordado com o demandante, por ocorrência;	02
05	Recusar-se a executar reparos solicitados em razão da confecção em desacordo com o especificado neste TR, por ocorrência;	01
06	Subcontratar a execução do serviço, por ocorrência;	01



TJPA-PRO202402272V01



TJPA-PRO202402272V02



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
 Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
 Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
 Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
 Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06





Tabela 2: GRAU DE CORRESPONDÊNCIA

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	5,00% sobre o valor total do pedido referente a subcontratação, por ocorrência.
02	6,00% sobre o valor total do pedido que foi entregue em atraso, por ocorrência.
03	8,00% sobre o valor do quantitativo que deixou de ser entregue no prazo constante no TR, por ocorrência.
04	10,00 % sobre o valor total do quantitativo entregue em desacordo com as especificações, por ocorrência.
05	15,00% sobre o valor total do pedido ou deixou de ser entregue, por ocorrência.

18.4.7. Fica dispensada, a critério da autoridade competente da unidade demandante, a formalização de solicitação de instauração de processo administrativo de apuração de responsabilidade, quando a soma dos valores atribuídos à contratada for considerada irrisória (art. 20, parágrafo único, incisos I e II, da IN nº 003/2024-GP).

**19 – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - art. 30, §2º, incisos I a XV da IN nº 01/2023**

Será adotado o Sistema de Registro de Preços?

**Sim.** Devido à natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelo TIPA. **Motivação técnica a justificar a opção:** A ata permite que o Tribunal adquira os uniformes conforme a necessidade ao longo do período de vigência da ARP, evitando compras excessivas ou insuficientes, otimizando recursos financeiros e operacionais, e garantindo a disponibilidade dos uniformes quando forem necessários. Além disso, possibilita melhores condições de preços devido à economia de escala, uma vez que se negocia um volume maior potencial para aquisição futura.

O objeto a ser licitado se refere a serviço comum de engenharia?

Não

**Sim.** Nesse caso, atende aos seguintes requisitos cumulativos? (Na falta de algum deles, não será possível adotar o SRP)

Há projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

Há a necessidade permanente ou frequente do serviço a ser contratado.

Haverá previsão para órgãos participantes à Ata de Registro de Preços gerenciada pelo TIPA?

**Não.** **Justificativa técnica:** A necessidade de manter um controle rigoroso e específico sobre as demandas e peculiaridades do Tribunal, garantindo que os fornecimentos atendam exatamente às suas necessidades e padrões de qualidade. A inclusão de outros órgãos poderia gerar complexidades administrativas, divergências nas especificações dos produtos e dificultar a gestão eficiente dos recursos e prazos, comprometendo a eficácia e a agilidade nas aquisições específicas do Tribunal. Nesse contexto, o objeto a ser contratado remete a interesse restrito do órgão, assim dispensando a Intenção de Registro de Preços – IRP, conforme art. 80, I, da IN de Seleção de Fornecedor – TIPA.

Será dispensada a divulgação da Intenção de Registro de Preço – IRP?

Não. **Justificativa técnica:**.....

**Sim.** **Justificativa técnica:** Cada órgão possui demandas, padrões de qualidade, e requisitos próprios que podem não coincidir com os do Tribunal, o que poderia comprometer a adequação e eficiência das aquisições, além de dificultar a gestão dos contratos e o atendimento das necessidades específicas do Tribunal. Nesse contexto, o objeto a ser contratado remete a interesse restrito do órgão, assim dispensando a Intenção de Registro de Preços – IRP, conforme art. 80, I, da IN de Seleção de Fornecedor – TIPA.

Haverá previsão para adesão de órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços gerenciada pelo TIPA?

Não. **Justificativa técnica:** O objeto a ser contratado remete a interesse restrito do órgão, assim dispensando a Intenção de Registro de Preços – IRP, conforme art. 80, I, da IN de Seleção de Fornecedor – TIPA.

Sim. **Justificativa técnica:**...

Possibilidade de registro de mais de um fornecedor:

Sim

Não

**Justificativa:** Por ser licitação em lote único, havendo apenas um vencedor para a aquisição.



TJPAPR0202402272V01



TJPAPR0202402272V02



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16 09



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigex/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13 06





Possibilidade de registros de preços diferentes:

Não

Sim

Quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes.

Em razão da forma e do local de acondicionamento

Quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote

Por outros motivos. Justificativa:.....

Possibilidade de prorrogação da Ata de Registro de Preços:

Não

Sim

Justificativa: Na forma do artigo 84 da Lei n° 14.133, de 2021, desde que comprovado o preço vantajoso.



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



TJPA-PRC202402272V01



TJPA-PRC202402272V02



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06



<b>Condições para alteração de preços registrados</b>
<b>Redução dos preços praticados no mercado, nas seguintes hipóteses:</b>
1. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da ATA, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ATA tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida na ATA e ainda nas seguintes situações previstas na IN de Seleção de Fornecedores - TIPA: 1.1. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao TIPA convocar os fornecedores registrados, incluindo os fornecedores do cadastro de reserva, para estabelecer o novo valor; e 1.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao TIPA a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso. 2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou 3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
<b>Hipóteses de cancelamento da Ata de Registro de Preços e suas consequências</b>
As hipóteses de cancelamento da ARP são: 1. Por iniciativa da Administração; com o descumprimento das condições da ARP pelo fornecedor, não fornecimento do produto, nas condições estabelecidas e o preço registrado se tornar superior ao praticado no mercado, tendo como consequência o impedimento do fornecedor de participar de novas licitações e ATAS. 2. Por iniciativa do fornecedor; com a comprovação de caso fortuito ou força maior que impeça o cumprimento da ARP e a consequente exclusão do fornecedor da ata sem penalidades administrativas. Além dos citados acima, a IN de Seleção de Fornecedores - TIPA estabelece as hipóteses: 1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; 2. Recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata; 3. Deixar de assinar a ATA ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo TIPA, sem justificativa aceitável; 4. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado; 5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública. 6. Por razões de interesse público, reduzida a termo no processo; 7. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para o TIPA; ou 8. Por ordem judicial.
<b>20 - Da Celebração de Instrumento Contratual após a homologação do Certame</b>
Não haverá necessidade de elaboração de instrumento de contrato, uma vez que a aquisição será realizada por demanda, devendo ser realizada de forma imediata, em prazo inferior a 30 dias, e sem obrigações futuras.
<b>Modelo de TR padronizado – Versão 02 – Data de retirada do Portal do TIPA: 14/06/2024.</b>
<b>Belém/PA, 14 de agosto de 2024.</b>



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16 09



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13 06



**Nome e assinatura da equipe de planejamento da contratação**

**Integrante Requisitante:**  
Nome: Titular: Enio de Oliveira Rebouças – Matrícula: 42640  
Nome: Substituto: Jandira Luzia Matos Pires – Matrícula: 67180

**Integrante Técnico:**  
Nome: Titular: Jandira Luzia Matos Pires – Matrícula: 67180  
Nome: Substituto: Augusto Lopes Matos – Matrícula: 205231

**Integrante Administrativo:**  
Nome: Ricardo da Silva Lacerda – Matrícula: 162302  
Nome: Substituto: Muiracotiara Miranda Chagas – Matrícula 57592



Assinado com senha por JANDIARA LUZIA MATOS PIRES, AUGUSTO LOPES MATOS, ENIO DE OLIVEIRA REBOUCAS e RICARDO DA SILVA LACERDA  
Use 4071216.28446542-9763 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28446542-9763>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 19/08/2024 16:09



TJPA-PRC0202402272V01



TJPA-PRC0202402272V02



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

N.º .....

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**, localizado na Avenida Almirante Barroso, nº. 3089, bairro do Souza, cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.567.897/0001-90, neste ato representado(a) pelo Secretário de Administração **VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR**, brasileiro, residente e domiciliado em Belém, nomeado(a) pela Portaria nº. 407/2023-GP de 1º de fevereiro de 2023, publicada no Diário de Justiça do dia 02 fevereiro de 2023, portador da matrícula funcional nº 91464, considerando o julgamento da licitação realizada na modalidade e forma Pregão Eletrônico nº 024/TJPA/2024) para **REGISTRO DE PREÇOS** nº ...../202..., processo administrativo nº PA-PRO—2024/02272, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) xxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxx, com sede na xxxx, Telefone nº, Email:, neste ato representada por xxxxxx, ..... [nacionalidade], ..... [estado civil], residente e domiciliado(a) em ..... [cidade], capital do Estado do ..... [Estado], cuja proposta foi classificada em xxxx para os itens xxxxxx do certame supracitado, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Instrução Normativa 01/2023 – TJPA, nas Instruções Normativas nº 02 e 03, ambas de 2024 – TJPA e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A presente Ata tem por objeto Registro de Preços para eventual aquisição de Uniformes diversos, para atender as necessidades deste Tribunal de Justiça, pelo período de 12 (doze) meses e, condições e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital, o qual é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor						
X	Especificação	Marca (se exigida)	Modelo (se exigido no	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

	no edital)	edital)			ou validade
Valor total: R\$					

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A listagem do cadastro de reserva, se houver, gerada pelo Sistema Compras.gov, consta como anexo a esta Ata.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta, conforme justificativa apresentada no Anexo do Termo de Referência.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, PUBLICAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, a contar da data de assinatura, com eficácia legal após a publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e do extrato no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, com a renovação de seus quantitativos, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O presente Instrumento será publicado em até 10 (dez) dias, contados da sua assinatura, em conformidade com o artigo 25, §5º da Constituição do Estado do Pará.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O presente instrumento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 10 (dez) dias contados da sua assinatura.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Não terá necessidade de formalização de instrumento de contrato decorrente da ata de registro de preços, conforme justificativas constantes do Termo de Referência.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O registro a que se refere o caput desta cláusula tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A convocação das licitantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em valor igual ao da licitante mais bem classificada antecederá a convocação das licitantes que mantiveram sua proposta.



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/epi/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de até 5 dias, contado do recebimento oficial de convocação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO NONO** - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A ata de registro de preços (ARP) será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no site eletrônico do TJPA e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no parágrafo quarto, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**CLÁUSULA SEXTA – DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os critérios de medição e de pagamento estão definidos no Termo de Referência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O pagamento será realizado mediante crédito em nome da **Empresa detentora da ata**, na conta corrente nº. XXXXXX, da Agência XXXXX, do Banco XXXXX, conforme discriminado na proposta.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Quando do pagamento da nota fiscal/fatura, o TJPA verificará a regularidade fiscal da **Empresa detentora da ata** com a Seguridade Social – CND, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF e com a Fazenda Federal/Estadual/Municipal; consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como o cumprimento de todas as condições de habilitação/qualificação exigidas no Edital; emitirá as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento, de débitos trabalhistas e SICAF; e exigirá declaração de cumprimento das reservas de cargos de que trata o art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Em sendo constatada alguma irregularidade após a verificação especificada no PARÁGRAFO TERCEIRO, a **Empresa detentora da ata** ficará sujeita ao cancelamento desta ata e à aplicação das penalidades previstas neste instrumento e nos arts. 92, inciso XVI; 137, inciso I; e 156, da Lei nº 14.133, de 2021.



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071216.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/epi/autenticar?n=4071216.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO QUINTO** - O TJPA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou a indenizações devidas pela **Empresa detentora da ata**, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo TJPA, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

1.1.  $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

1.2. EM = Encargos moratórios devidos

1.3. N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

1.4. VP = Valor da parcela a ser paga; e

1.5. I = índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:  $I = (TX/100) I = (6/100)$   
 $I = 0,0001644$

1.6. 365 365

1.7. TX = Percentual da taxa anual = 6%

**PARÁGRAFO OITAVO** - É vedada a retenção de pagamento por parcela adimplida pela **Empresa detentora da ata**, mesmo nos casos de não manutenção das condições de habilitação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que elevem o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) Na hipótese de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- c.1) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- c.2) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



TJPA-PC202402272V02



#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em 0x/0x/202x.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Após o interregno de um ano, e independente de pedido do contratado, os preços dos itens serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado no período. Poderão ser aplicados índices negativos no período em que houver deflação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**PARÁGRAFO QUARTO** - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o TJPA pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**PARÁGRAFO SEXTO** - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**PARÁGRAFO OITAVO** - O reajuste será realizado por apostilamento, quando não implicar em alteração contratual.

#### **CLÁUSULA NONA – DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TJPA convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na hipótese prevista no item anterior, o TJPA convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.



TJPA-PC202402272V02







**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao TJPA a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo TJPA e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos da cláusula nona, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o TJPA convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no parágrafo nono da cláusula quinta.

**PARÁGRAFO NONO** - Se não obtiver êxito nas negociações, o TJPA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do parágrafo segundo da cláusula nona, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no parágrafo sexto desta cláusula, o TJPA atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O registro do fornecedor será cancelado pelo TJPA, quando o fornecedor:

- a. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou







**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

- d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- e. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o TJPA, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no parágrafo primeiro será formalizado por despacho do TJPA, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o TJPA poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo TJPA, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- Por razão de interesse público;
- A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e termo de referência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INTERPRETAÇÃO**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas desta ata deverão ser suscitadas ao TJPA e serão decididas por ele, de acordo com a Lei nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/90 e observado a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE**

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Observado o disposto na cláusula anterior, permanecendo o conflito de interesse, as partes se comprometem a buscar soluções amigáveis e consensuais para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução deste contrato.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - É dever das partes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, bem como o disposto no Termo de Referência, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do TRIBUNAL, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os dados obtidos em razão desta ata somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé com os princípios do art. 6º da LGPD.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**PARÁGRAFO QUARTO** - É dever da Empresa detentora da ata orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever das partes eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações

**PARÁGRAFO SEXTO** - A Empresa detentora da ata deverá exigir de suboperadores e subcontratados, quando aplicável, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO** – As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Belém, Capital do Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, IN nº 001/2023 - TJPA e IN nº 02 e 03, ambas do TJPA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao edital.



TJPA-PRO202402272V02





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do TJPA representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Assinado com senha por VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR.  
Use 4071218.28593422-6123 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tjpa.jus.br/sigeex/public/epi/autenticar?n=4071218.28593422-6123>  
Documento gerado por LUANA GONDIM DA SERRA SILVA \*Data e hora: 30/10/2024 13:06

